<p>Expresso</p> <p>16-12-2022</p>	<p>Periodicidade: Semanal</p>
	<p>Classe: Informação Geral</p>
	<p>Âmbito: Nacional</p>
	<p>Página(s): 18,46</p>

Falta fiscalização e prudência

Investigador Luís de Sousa aponta erros na forma como os políticos lidam com a corrupção

"Falta a prudência que recomendavam os clássicos gregos e do Renascimento. Tantos pensadores políticos recomendaram prudência e algum controlo na soberba, porque o poder geralmente leva a alguns excessos." É simples, o principal conselho que o investigador Luís de Sousa, do Instituto de Ciências Sociais (ICS), dá aos políticos. Sem querer pronunciar-se sobre o caso Tempestade Perfeita, por só conhecer o que tem sido divulgado pela comunicação social, Luís de Sousa defende uma verificação prévia de

idoneidade quando se trata de nomeações políticas. "Fizemos uma análise dos mecanismos de regulação da ética política ao nível dos governos, assim como das práticas de verificação da idoneidade das nomeações políticas, incluindo ao mais alto nível como secretários de Estado e ministros, e esta é praticamente inexistente numa série de democracias", diz o professor que este mês divulgou o estudo "Ética e integridade na política: percepções, controlo e impacto", da Fundação Francisco Manuel dos Santos, feito em conjunto com Susana Coroado.

Essa verificação prévia de idoneidade "é extremamente necessária, e cada vez mais, para

evitar males maiores ou ter de lidar com isso já no exercício de funções", insiste Luís de Sousa, alertando para uma discussão que muitas vezes se sente entre ética e competência e que leva, por exemplo, a "manter um ministro porque é competente, mesmo não tendo cumprido tudo o que é recomendável do ponto de vista da ética política".

O investigador considera que Portugal tem "o arsenal legal todo de regulação na ética na política", mas "tem ficado mais descuidada a parte de monitorização e fiscalização da aplicação dessas normas e a sanção de comportamentos desviantes". Uma necessidade de tanto maior quanto se sabe que cada caso de corrupção tem "danos reputacionais que vão para lá do indivíduo e afetam a confiança nas instituições políticas". Para breve está o início do Menac (Mecanismo Anticorrupção), criado no âmbito da Estratégia Nacional contra a Corrupção, lançada por Francisca Van Dunem. "Parece-me

que vai funcionar. Vai ser uma espécie de *supercompliance* [monitorização], uma *compliance* geral para o país inteiro, tanto para o sector público como para o sector privado, exceto entidades que tenham um número muito reduzido", diz Luís de Sousa. Mas representa uma "abordagem muito formal aos problemas de integridade" e deixa de fora a esfera política.

As entidades vão ter de criar mecanismos de prevenção e de participação de casos. "Muitos organismos não terão capacidade própria para criar plataformas de denúncia, vão recorrer a empresas externas", o que levará a ultrapassar os €2 milhões de investimento previsto no combate à corrupção — já dez vezes mais do que o orçamento anual do Conselho de Prevenção da Corrupção, que existe desde 2008 no Tribunal de Contas.

Os €200 mil que o Conselho de Prevenção tinha seria o adequado para lidar com um município da dimensão de Lis-

INSTITUIÇÕES

Entidade das Contas

Fiscaliza as contas dos partidos e das campanhas eleitorais. Funciona na dependência do TC.

Entidade da Transparência

Criada por uma lei de 2019, ainda não existe. Deve fiscalizar as declarações de interesses e de rendimentos dos políticos e funcionará na dependência do TC.

Conselho de Prevenção

Criado em 2008 no âmbito do Tribunal de Contas, tem como missão colaborar na elaboração de códigos de conduta de entidades públicas, dar formação e acompanhar as medidas administrativas adotadas pela Administração Pública e sector público empresarial.

boa, nas não com o país inteiro, ilhas incluídas. "Os meios não eram suficientes e a estratégia não era adequada", diz o professor do ICS, para quem esta entidade devia ter escolhido áreas de risco como a contratação pública, o uso de solos e urbanismo.

Tem faltado "muita autocritica a estas entidades", diz Luís de Sousa, lembrando que a Entidade das Contas tem dito que funciona bem e antevendo que o mesmo será dito sobre a nova Entidade da Transparência — aquela que, passados três anos da lei que a criou, ainda não existe. Depois de anos à procura de instalações, o Tribunal Constitucional (TC) anunciou que vai arrendar um espaço. "As diligências para celebração do contrato de arrendamento estão em curso", respondeu o TC ao Expresso, adiantando que a nomeação dos membros desta entidade "será para breve".

EUNICE LOURENÇO
e **LILIANA COELHO**
elourenco@expresso.imprensa.pt

Expresso	Periodicidade: Semanal
16-12-2022	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 18,46

TC promete Transparência

A nomeação dos membros da Entidade para a Transparência “será para breve”, respondeu o Tribunal Constitucional ao Expresso. P18